



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638568 - SC (2021/0001176-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : PEDRO FERNANDES TEIXEIRA
ADVOGADO : PEDRO FERNANDES TEIXEIRA - SC046038
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOAO MARCELO ARRUDA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : ALEXSANDRO TAVARES
CORRÉU : SHAUAN PAMPLONA
CORRÉU : CLOVIS PINHEIRO
CORRÉU : ALIFFER MARTINS
CORRÉU : RAFAEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA
CORRÉU : LUIZ RICARDO DOS SANTOS DE OLIVEIRA
CORRÉU : UHILSON DA COSTA SILVA
CORRÉU : FERNANDO COSTA CARDOSO
CORRÉU : ALYSSON CAMELLI NUNES
CORRÉU : ANDRE LUIZ SANTOS JUNIOR
CORRÉU : JEFFERSON LUIZ ALVES
CORRÉU : BRUNO ODAIR COSTA
CORRÉU : JEFERSON LUIZ PAES
CORRÉU : TAIWAN DOUGLAS CREMA
CORRÉU : EMANUEL CLEITON SANTOS JURITI RIBEIRO
CORRÉU : FELIPE JOSE CORDEIRO
CORRÉU : BRUNO SILVA DOS SANTOS
CORRÉU : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MARSAL
CORRÉU : EDSON WEBER
CORRÉU : DIOGO OLIVEIRA DA ROSA
CORRÉU : BRUNO ALVES DIAS
CORRÉU : EDINAN ROBERTO DE ASSIS MARCELINO
CORRÉU : PAULO VITOR PEREIRA PONTES
CORRÉU : LUCAS OLIVEIRA PETROWIS
CORRÉU : FELIPE ANTUNES ANSELMO
CORRÉU : ALISSON LUIZ COSTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de

JOAO MARCELO ARRUDA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5044708-12.2020.8.24.0000).

O paciente foi denunciado com outras 27 pessoas pela suposta prática do crime de organização criminosa, atuante no tráfico ilícito de entorpecentes e comércio ilegal de armas de fogo, estando preso preventivamente.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto ostenta condições pessoais favoráveis, não há contemporaneidade na manutenção da medida, falta fundamentação idônea e não há indícios suficientes de autoria.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva e a expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, extraindo-se da decisão monocrática do

desembargador relator:

Ressalta-se, ainda, a gravidade concreta do caso em apreço, no qual se está a responsabilidade criminal do paciente por suposto envolvimento em organização criminosa armada com a participação de adolescente. Com relação ao alegado excesso de prazo, a complexidade do caso concreto, o qual envolve vários réus, parece justificar, nesta análise peremptória, a não conclusão da instrução criminal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente